



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

(Da Deputada Greyce Elias)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os Impactos da Extinção da Licenciatura EaD (Decreto nº 12.456 de 19 de maio de 2025 e resolução CNE 04/2024). e dá outras providências.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, e do art. 24, II e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, para debater os Impactos do novo Marco Regulatório (Decreto nº 12.456 de 19 de maio de 2025 e resolução CNE 04/2024). Que Extinguem as Licenciatura EaD no Brasil.

Para tanto, sugerimos os seguintes convidados ou representantes dessas entidades, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

- ◆ **Ministro da Educação -Leonardo Barchini (ou representante)**
- ◆ **Presidente do CNE - César Callegari (Ou representante)**
- ◆ **Presidente da ABE-EAD**
- ◆ **Associação Brasileira dos Estudantes de EAD - Ricardo Holz**
- ◆ **Presidente da ABED**
- ◆ **Associação Brasileira de Educação a distância - João Mattar**





- ◆ **Presidente da ANUP**
- ◆ **Associação Nacional das Universidades Particulares -Juliano Griebner**
- ◆ **Presidente da Univesp**
- ◆ **Universidade Virtual do Estado de São Paulo - Marcos Borges**
- ◆ **Presidente da Capes (Ou representante da UAB)**
- ◆ **Universidade Aberta do Brasil - Denise Pires de Carvalho**

JUSTIFICAÇÃO

A presente Audiência Pública tem por objetivo promover um amplo debate sobre os impactos do novo marco regulatório da Educação a Distância (EaD), instituído pelo Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, e pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, especialmente no que se refere à vedação da oferta de cursos de licenciatura na modalidade integralmente a distância no Brasil.

As novas normas promovem profundas mudanças na formação de professores, ao estabelecerem que os cursos de licenciatura não poderão mais ser ofertados na modalidade EaD, passando a exigir oferta presencial ou semipresencial, com maior carga de atividades presenciais, estágios supervisionados e práticas pedagógicas.

Diante desse cenário, torna-se fundamental discutir os efeitos dessas alterações para estudantes, instituições de ensino superior, profissionais da educação, municípios e estados, especialmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, onde a modalidade EaD tem desempenhado papel relevante na ampliação do acesso ao ensino superior e na formação de professores.

A audiência permitirá ouvir representantes do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação, das instituições de ensino superior públicas e privadas, especialistas em educação, entidades representativas dos professores, estudantes e demais segmentos envolvidos, a fim de avaliar os desafios, oportunidades e consequências decorrentes da implementação do novo marco regulatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA GREYCE ELIAS - PL/MG

O debate também buscará identificar possíveis impactos na oferta de vagas, nos custos da formação docente, na interiorização do ensino superior, na qualidade da formação dos futuros professores e no atendimento das demandas educacionais do país, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à formação de profissionais da educação.

Dessa forma, a realização da presente Audiência Pública mostra-se necessária e oportuna para garantir a participação da sociedade civil e dos setores diretamente afetados, promovendo um diálogo democrático e qualificado sobre os rumos da formação docente no Brasil.

GREYCE ELIAS
Deputada Federal
PL/MG

Apresentação: 03/06/2026 15:51:33.267 - CE

REQ n.47/2026



* CD 265415946100 *